

# Dilema do Crescimento

O diretor de Pesquisas e Estudos do Banco Central, Francisco Lopes, especialista em projeções macro-econômicas, advertiu o país que taxas de crescimento de 8% a 12% ao ano (a indústria cresceu 11% em 1994 e 14% entre maio de 94 e maio de 95) não podem repetir-se este ano e no próximo.

O governo estará empenhado em conter o crescimento da economia entre 4% e 5% em 1996. Há vários motivos para a cautela: o esgotamento da capacidade ociosa da indústria pede investimentos em máquinas e equipamentos, e pressionam as importações; a delicadeza da balança comercial, cujos déficits, junto com os da área de serviços, não podem ser cobertos com segurança pela volátil poupança externa; e a necessidade de vigoroso ajuste das finanças públicas.

A advertência de Francisco Lopes no final do recesso parlamentar vale como lembrete para se meditar sobre o tema e esfriar as paixões que levem o país a repetir erros do passado. A opção entre crescer a qualquer preço (como querem os defensores da intervenção do Estado na economia) e o crescimento racional não existe mais.

O modelo estatal faliu e a sociedade não quer a volta da inflação. A saída é o avanço nas reformas modernizadoras do Estado — sobretudo a fiscal/tributária e a da Previdência Social, para formar novas poupanças e financiar investimentos de longo prazo — e respeitar a recomendação de cautela no crescimento.

Toda sociedade precisa do crescimento econômico, porque na esteira da melhoria material vêm as conquistas na área social. Mesmo no Brasil, todo surto de crescimento resultou em avanços no campo social. Os últimos três anos provam isso.

Mas o crescimento tem limites, geralmente ligados à oferta de serviços de infra-estrutura. Os países com preponderante crescimento populacional precisam crescer mais para absorver a mão-de-obra que chega ao mercado, mediante pesados investimentos em educação (para a capacitação profissional), infra-estrutura (energia, transportes, comunicações) e expansão da capacidade de produção da indústria e da agricultura. Em outras palavras, forte taxa de poupança.

O Brasil, na situação anterior, tinha uma taxa de aumento demográfico entre 3% e 2,5% ao ano (1950 e 1980) e o índice médio de crescimento do Produto Interno Bruto ficou em 7% desde o pós-guerra. Até a crise da dívida externa, no começo dos anos 80, o Brasil foi líder mundial em crescimento.

Isso foi obtido pela combinação de políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento e fortes estímulos à mobilização da poupança interna, complementada pela poupança externa. No *milagre brasileiro*, o país chegou a absorver o equivalente a 4% do PIB em poupança externa (investimentos diretos e, sobretudo, empréstimos internacionais).

Com longo prazo de retorno para a poupança externa, direcionada aos projetos de energia elétrica,

comunicações, modernização de estradas, portos e ferrovias e produção de aço, petróleo e petroquímica, fertilizantes, papel e celulose, alumínio, e mineração, o Brasil conseguiu superar o primeiro choque do petróleo e continuar crescendo.

O excessivo investimento sob a liderança ou estímulo do Estado gerou, no entanto, o descontrole dos gastos públicos. No final dos anos 70, vários economistas advertiram para a necessidade do ajuste fiscal que disciplinasse as finanças públicas e preparasse o Brasil para novo ciclo de desenvolvimento.

Acostumados a taxas de crescimento de 10% a 15% ao ano (geradoras de violentas pressões inflacionárias de demanda), os empresários, sobretudo os de São Paulo, reagiram à proposta de Mário Henrique Simonsen, que trocara a pasta da Fazenda no governo Geisel pelo cargo de ministro do Planejamento do governo Figueiredo.

Simonsen pregava que o setor privado devia enfrentar um crescimento moderado (3% a 5% nos primeiros 12 a 18 meses de governo), para ganhar fôlego na frágil balança comercial e tempo para o país fazer um ajuste das finanças públicas e, paralelamente, adequar o perfil do endividamento externo (que cobria os déficits do Estado) à ameaçadora tendência de alta dos juros internacionais.

O empresariado brasileiro considerou a proposta de crescimento moderado opção pela recessão. Simonsen caiu e foi substituído por Antônio Delfim Neto, que preferiu o crescimento acelerado. Depois de desvalorizar a moeda em 30% no início de dezembro, duas semanas antes da OPEP decretar o segundo choque do petróleo, Delfim teve de criar o embrião do Plano Cruzado sete anos antes: prefixou as correções monetária e cambial em 45% em 80 e fez o PIB crescer 8% naquele ano, mas não impediu de fazer a inflação chegar a 110%.

A crise fiscal e a crise cambial se instalaram em 1982, empurrando o país para 12 anos de crescimento medíocre, sob o maior descontrole inflacionário da história. O índice médio de expansão do PIB entre 1981 e 1993 foi da ordem de 2,2%, inferior à taxa de crescimento populacional, que hoje caiu para 1,9% ao ano.

O Brasil quer crescer, sem espasmos e sem o retorno da inflação. O novo modelo de crescimento, portanto, difere totalmente do que já foi feito no país. O setor privado é que deve assumir a liderança do processo, numa economia internacionalizada, com baixo índice de protecionismo e sem reservas de mercado.

A melhoria da produtividade, mediante a qualificação da mão-de-obra, a expansão do mercado interno (pela incorporação de novas camadas da população), a conquista dos mercados externos (a começar pelo Mercosul) e a realização de novos investimentos (como a nova fábrica da Volkswagen Caminhões, a instalação da Renault do Brasil e o pólo petroquímico de Duque de Caxias) são a chave para o novo modelo.